

Poiesis - Instituto
de Apoio à Cultura,
à Língua e à
Literatura

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

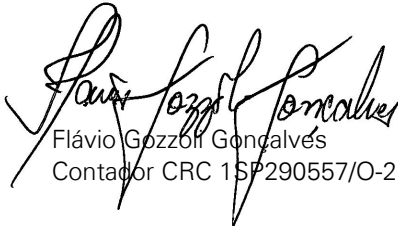
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Flávio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa		152	60	Projetos a executar	6	8.969	8.172
Recursos vinculados a projetos	4	15.430	14.657	Contas a pagar	7	1.494	1.887
Despesas antecipadas		637	689	Obrigações tributárias		1.290	1.285
Outros créditos		19	13	Obrigações trabalhistas	8	1.157	1.125
Total do ativo circulante		<u>16.238</u>	<u>15.419</u>	Provisão de férias e encargos		<u>2.990</u>	<u>2.707</u>
Recursos vinculados a projetos	4	2.675	1.728	Total do passivo circulante		<u>15.900</u>	<u>15.176</u>
Depósitos judiciais		112	104	Projetos a executar	6	2.675	1.728
Total realizável a longo prazo		<u>2.787</u>	<u>1.832</u>	Provisão para contingências	9	353	317
Imobilizado	5	3.781	3.260	Obrigações com o Estado - Imobilizado	6	<u>3.681</u>	<u>3.160</u>
Total do ativo não circulante		<u>6.568</u>	<u>5.092</u>	Total do passivo não circulante		<u>6.709</u>	<u>5.205</u>
Total do ativo		<u><u>22.806</u></u>	<u><u>20.511</u></u>	Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio social		130	74
				Superávit acumulado		<u>67</u>	<u>56</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>197</u>	<u>130</u>
				Total do passivo		<u><u>22.806</u></u>	<u><u>20.511</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações de resultados

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receitas operacionais			
Recursos de Contratos de Gestão	6 e 12.a	60.491	57.587
Convênios (Termos de Fomento)	6 e 12.b	475	551
Outras receitas	6	3	1
Voluntários	3.h	156	156
Total de receitas		61.125	58.295
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	13	(36.456)	(31.994)
Despesas gerais (produção cultural)	14	(10.217)	(11.948)
Serviços profissionais	15	(7.049)	(6.284)
Gerais e administrativas	16	(5.956)	(5.368)
Despesas divulgação e comunicação		(121)	(134)
Depreciação e amortização		(909)	(1.036)
Outras despesas		(100)	(1.236)
Voluntários	3.h	(156)	(156)
Despesas operacionais antes das despesas financeiras		(60.963)	(58.156)
Despesas financeiras		(95)	(83)
		(61.058)	(58.239)
Superávit do exercício		67	56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Superávit do exercício	67	56
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>67</u>	<u>56</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	60	14	74
Incorporação do superávit ao patrimônio social	14	(14)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>56</u>	<u>56</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>74</u>	<u>56</u>	<u>130</u>
Incorporação do superávit ao patrimônio social	56	(56)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>67</u>	<u>67</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>130</u>	<u>67</u>	<u>197</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	67	56
Ajustes por:		
Baixa de imobilizado	-	13
Depreciação e amortização	909	1.023
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(1.720)	(5.338)
Outros créditos, despesas antecipadas e depósitos judiciais	38	(226)
Aumento/(redução) nos passivos em		
Projetos a executar	2.265	3.470
Obrigações trabalhistas, provisão de férias e encargos	315	196
Contas a pagar, obrigações tributárias e contingências	(352)	1.700
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>1.522</u>	<u>894</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	<u>(1.430)</u>	<u>(867)</u>
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(1.430)</u>	<u>(867)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>92</u>	<u>27</u>
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	60	33
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	<u>152</u>	<u>60</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>92</u>	<u>27</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (“Poiesis” ou “Entidade”), é uma Entidade civil sem fins lucrativos, tem objetivos de natureza sociocultural, literária, artística, museológicos e educacionais, atuando no desenvolvimento e gestão de programas, pesquisas, projetos, bens, espaços e equipamentos culturais e educacionais. Valorizando a Cultura em suas múltiplas expressões, busca facilitar o acesso democrático ao conhecimento, estimular a reflexão e a criação artística e a preservar e divulgar bens culturais e históricos como instrumentos de valorização da identidade e da diversidade.

Em 19 de junho de 2008, o Vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado, por meio do Parecer nº 0783/08, qualificou a Poiesis como uma “Entidade da área da cultura”, com publicação no Diário Oficial em 20 de julho de 2008.

Como entidade sem fins lucrativos, a Poiesis é isenta de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal.

A Poiesis é responsável pela operação de diversos equipamentos e programas culturais por força de Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa de São Paulo, podendo também firmar parcerias e outros termos de colaboração para desenvolvimento de projetos culturais com instituições públicas e privadas ou através de patrocínio ao amparo de programas de incentivo ou renúncia fiscal.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 14 de fevereiro de 2020.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.c (ii)** - vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 9** - Provisões para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão e outros ajustes que lhe deram origem.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado com base no método de juros efetivos.

(ii) ***Instrumentos financeiros derivativos***

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2019 e 2018, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e outros ajustes que envolvam recursos públicos, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados e as despesas correspondentes são reconhecidas, nesse mesmo momento ocorre o reconhecimento de receita em igual valor em contrapartida ao débito do passivo de projetos a executar. A liquidação financeira das despesas é reconhecida em contrapartida ao crédito de recursos vinculados a projetos.

c. Imobilizado

(i) ***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) ***Depreciação***

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Equipamento de áudio e vídeo	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de som/luz	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamento de telecomunicação	5 anos
Software	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

d. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. Provisões, passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o impostos incidentes sobre receita financeira, impostos incidentes sobre operações de câmbio e tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2019 registrou o montante de R\$ 156 (R\$ 156 em 2018) referente a trabalhos voluntários.

i. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 17.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4 Recursos vinculados a projetos

	2019	2018
Caixa	5.193	78
Aplicações financeiras	<u>12.912</u>	<u>16.307</u>
	<u>18.105</u>	<u>16.385</u>
Ativo circulante	15.430	14.657
Ativo não circulante	<u>2.675</u>	<u>1.728</u>
	<u>18.105</u>	<u>16.385</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e em passivos relacionados a estes projetos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados a taxas de 78% do CDI - Certificado de depósito Bancário em 2019 (95% a 85% em 2018).

Os recursos do ativo não circulante, referem-se ao fundo de reserva, constituído com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria da Cultura e Economia Criativa.

5 Imobilizado

Movimentação 2019

	01/01/2019			31/12/19
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	1.947	387	-	2.334
Equipamentos de Informática	1.282	170	-	1.452
Móveis e Utensílios	1.838	224	-	2.062
Equipamentos de som/luz	1.367	483	-	1.850
Máquinas e Equipamentos	124	-	-	124
Instalações	252	136	-	388
Equipamentos de telecomunicações	80	16	-	96
Software	207	14	-	221
Total	7.097	1.430	-	8.527

	01/01/2019			31/12/19
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(1.236)	(199)	-	(1.435)
Equipamentos de Informática	(823)	(192)	-	(1.015)
Móveis e Utensílios	(685)	(200)	-	(885)
Equipamentos de som/luz	(769)	(219)	-	(988)
Máquinas e Equipamentos	(45)	(21)	-	(66)
Instalações	(88)	(32)	-	(120)
Equipamentos de telecomunicações	(28)	(29)	-	(57)
Software	(163)	(17)	-	(180)
Total	(3.837)	(909)	-	(4.746)
Saldo líquido	3.260	521	-	3.781

Movimentação 2018

	01/01/2018			31/12/18
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	1.732	245	(30)	1.947
Equipamentos de Informática	1.133	182	(33)	1.282
Móveis e Utensílios	1.633	222	(17)	1.838
Equipamentos de som/luz	1.216	155	(4)	1.367
Máquinas e Equipamentos	124	-	-	124
Instalações	215	37	-	252
Equipamentos de telecomunicações	55	26	(1)	80
Software	207	-	-	207
Total	6.315	867	(85)	7.097

	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(908)	(358)	30	(1.236)
Equipamentos de Informática	(622)	(223)	22	(823)
Móveis e Utensílios	(535)	(166)	16	(685)
Equipamentos de som/luz	(577)	(195)	3	(769)
Máquinas e Equipamentos	(38)	(7)	-	(45)
Instalações	(65)	(23)	-	(88)
Equipamentos de telecomunicações	(17)	(12)	1	(28)
Software	(124)	(39)	-	(163)
Total	<u>(2.886)</u>	<u>(1.023)</u>	<u>72</u>	<u>(3.837)</u>
Saldo líquido	<u>3.429</u>	<u>(156)</u>	<u>(13)</u>	<u>3.260</u>

6 Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Poesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Saldos em 2018	Valores Recebidos	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Aquisições Imobilizado	Transferência	Devolução de Recursos	Saldos em 2019
Projetos a executar									
Contrato de Gestão n° 08/2013 (a)	1.096	-	-	12	-	-	(1.003)	(105)	-
Contrato de Gestão n° 02/2016 (b)	7.782	43.073	694	530	(42.631)	(1.413)	-	-	8.035
Contrato de Gestão n° 01/2017 (c)	538	6.452	468	74	(6.167)	(14)	-	-	1.351
Contrato de Gestão n° 05/2018 (d)	-	10.053	1.332	195	(10.787)	(3)	1.003	-	1.793
Termo FLI	65	-	-	-	-	-	-	-	65
Contrato de Patrocínio CEF 2033/17	32	45	-	-	(77)	-	-	-	-
Mecenato - PRONAC 154926	3	-	-	-	(3)	-	-	-	-
Mecenato - PRONAC 190107	-	400	-	-	-	-	-	-	400
Mecenato - PRONAC 179255	383	-	-	11	(394)	-	-	-	-
Contrato de Gestão n° 30/2008	1	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Total de projetos a executar	9.900	60.023	2.494	822	(60.060)	(1.430)	-	(105)	11.644
Total de projetos a executar curto prazo	8.172	-	-	-	-	-	-	-	8.969
Total de projetos a executar longo prazo	1.728	-	-	-	-	-	-	-	2.675
	<u>9.900</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.644</u>
Obrigações com estado - imobilizado	3.160	-	-	-	(909)	1.430	-	-	3.681
	<u>3.160</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(909)</u>	<u>1.430</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.681</u>
	Saldos em 2017	Valores Recebidos	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Aquisições Imobilizado	Transferência	Devolução de Recursos	Saldos em 2018
Projetos a executar									
Contrato de Gestão n° 08/2013 (a)	2.928	10.498	1.742	195	(14.157)	(110)	-	-	1.096
Contrato de Gestão n° 02/2016 (b)	2.411	41.181	442	409	(35.917)	(744)	-	-	7.782
Contrato de Gestão n° 01/2017 (c)	282	6.452	216	78	(6.477)	(13)	-	-	538
Termo FLI	65	-	-	-	-	-	-	-	65
Contrato de Patrocínio CEF 2033/17	12	75	-	2	(57)	-	-	-	32
Mecenato - PRONAC 154926	62	50	-	3	(112)	-	-	-	3
Mecenato - PRONAC 179255	500	250	-	15	(382)	-	-	-	383
Contrato de Gestão n° 30/2008	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Total de projetos a executar	6.261	58.506	2.400	702	(57.102)	(867)	-	-	9.900
Total de projetos a executar curto prazo	3.998	-	-	-	-	-	-	-	8.172
Total de projetos a executar longo prazo	2.263	-	-	-	-	-	-	-	1.728
	<u>6.261</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.900</u>
Obrigações com estado - imobilizado	3.329	-	-	-	(1.036)	867	-	-	3.160
	<u>3.329</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.036)</u>	<u>867</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.160</u>

- **Valores recebidos/repasses** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.
- **Projetos a executar - longo prazo:** referem-se a valores correspondente entre 2,5% a 6% do valor total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência dos Contratos de Gestão, com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria da Cultura e Economia Criativa. No último ano de vigência dos Contratos de Gestão e após a liberação da totalidade dos correspondentes repasses previstos, é facultada a utilização dos recursos vinculados de longo prazo no custeio das ações previstas no Plano de Trabalho.

a. Contrato de Gestão - 08/2013

O Contrato de Gestão nº 08/2013, firmado em 27 de dezembro de 2013 com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa, tem o propósito de dar continuidade à gestão do programa “Oficinas Culturais” pelo prazo de 54 meses a partir 1º de janeiro de 2014, no valor global de R\$ 134.326.

Em 04 de setembro de 2014 foi firmado o 1º Termo Aditivo alterando o Plano de Trabalho de 2014. Com a inclusão de novas ações e acréscimo do repasses em R\$ 3.510, elevando o valor total do Contrato de Gestão para R\$ 137.836.

Posteriormente, em consequência de sucessivas alterações nos Planos de Trabalho, promovidas por intermédio do 2º Termo Aditivo assinado em de 30 de dezembro de 2014, do 3º Termo de 27 de maio de 2015, do 4º Termo de 30 de junho de 2016, do 5º Termo firmado de 30 de março de 2017, e do 6º Termo de 13 de março de 2018, o valor do Contrato de Gestão passou a ser de R\$ 87.591, com o seguinte cronograma de liberação de recursos:

Repasses do Contrato de Gestão nº 08/2013	Recebidos	A receber	Total
2014	28.510	-	28.510
2015	18.875	-	18.875
2016	17.599	-	17.599
2017	12.109	-	12.109
2018	10.498	-	10.498
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	87.591	-	87.591

O 6º Termo Aditivo também prevê a prorrogação do vencimento do Contrato de Gestão no. 08/2013, que passou a ser 31/12/2018. O encerramento do contrato se deu regularmente, e a correspondente prestação de contas final ocorreu no prazo de 90 dias a contar do seu vencimento.

O encerramento do Contrato de Gestão se deu regularmente na data prevista do 6º Termo Aditivo, com apuração de recursos não utilizados de R\$ 1.003, transferido como aporte inicial do novo Contrato de Gestão nº 05/2018, firmado em 28 de dezembro de 2018 pela Poesis para desenvolvimento e continuidade ao programa “Oficinas Culturais” (item **d** abaixo). O excedente financeiro foi integralmente restituído à Secretaria da Cultura e Economia Criativa em 27/03/2019 diretamente junto aos cofres do Tesouro Estadual, na importância de R\$ 105.

b. Contrato de Gestão - 2/2016

Em 30 de junho de 2016, a Poesis firmou com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa de São Paulo o Contrato de Gestão nº 2/2016 para dar continuidade às ações do Programa Fábricas de Cultura nas unidades de Jardim São Luiz, Capão Redondo, Vila Nova Cachoeirinha, Brasilândia, Jaçanã e Núcleo Luz, pelo prazo de 54 meses, de 1º de julho de 2016 a 31 de dezembro de 2020, com valor global de repasses previstos da ordem de R\$ 145.175.

O Contrato de Gestão teve o seu valor total de repasses sucessivamente elevado para R\$ 150.574 com as assinaturas do 2º Termo de Aditamento em 18 de outubro de 2017, e do 3º Termo em 05 de abril de 2018. Posteriormente, com a assinatura em 31 de agosto de 2018 de 4º Termo Aditivo, o Contrato de Gestão passou também a contemplar a gestão de mais uma unidade localizada no município de Diadema (SP), e por força do 5º Termo Aditivo firmado em 20 de dezembro de 2018, teve o valor total de repasses previstos elevado para R\$ 170.008. Em razão ao 6º Termo Aditivo, firmado em 12/12/2019, passaram a vigorar com a importância global de repasses previstos para Contrato de Gestão R\$ 174.784, com alteração ao valor previsto para o ano de 2019, com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do Contrato de Gestão nº 2/2016	Recebidos	A Receber	Total
2016	17.653	-	17.653
2017	34.580	-	34.580
2018	41.181	-	41.181
2019	43.073	-	43.073
2020	-	38.297	38.297
	<u>136.487</u>	<u>38.297</u>	<u>174.784</u>

Para o exercício de 2020 a orientação preliminar da Secretaria da Cultura e Economia Criativa é de contemplar repasses de R\$ 43.073, o mesmo valor do exercício de 2019, porém ainda pendente de formalização em Termo Aditivo.

c. Contrato de Gestão - 1/2017

A Poesis, selecionada em processo de chamada pública, firmou em 1º de julho de 2017 com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa, o Contrato de Gestão nº 1/2017, para dar sequência ao gerenciamento e execução de atividades a serem desenvolvidas na rede de museus-casas literários Casa das Rosas, Casa Guilherme de Almeida e Casa Mário de Andrade. O Contrato de Gestão tem prazo de vigência até 30 de junho de 2022, e prevê repasses totais da ordem de R\$ 31.708, com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do Contrato de Gestão nº 1/2017	Recebidos	A Receber	Total
2017	2.674	-	2.674
2018	6.452	-	6.452
2019	6.452	-	6.452
2020	-	6.452	6.452
2021	-	6.452	6.452
2022	-	3.226	3.226
	<u>15.578</u>	<u>16.130</u>	<u>31.708</u>

d. Contrato de Gestão – 5/2018

Em 28 de dezembro de 2018 a Poiesis firmou com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa o Contrato de Gestão n°. 05/2018, para dar continuidade ao programa “Oficinas Culturais” pelo prazo de 60 meses a contar de 1º de janeiro de 2019. O Contrato de Gestão prevê repasses anuais de R\$ 11.056 em 2019 e de R\$ R\$ 11.050 nos subsequentes, totalizando R\$ 55.256.

Repasses do Contrato de Gestão n° 05/2018	Recebidos	A receber	Total
2019	11.056	-	11.056
2020	-	11.050	11.050
2021	-	11.050	11.050
2022	-	11.050	11.050
2023	-	11.050	11.050
	<u>11.056</u>	<u>44.200</u>	<u>55.256</u>

Dos valores recebidos no exercício de 2019, R\$ 934 provieram do excedente financeiro apurado por ocasião do encerramento do Contrato de Gestão n° 8/2013 (item **a.** acima), assim como o montante de R\$ 69 que passou a integrar adicionalmente o valor de reservas de contingência do Contrato de Gestão, sem prejuízo do valor a ser repassado pela Secretaria de Estado da Cultura.

Outras informações

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição;
- (ii) Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria da Cultura e Economia Criativa. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e/ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2019 foram preparados e encaminhados para as respectivas Unidades Gestoras da Secretaria da Cultura e Economia Criativa, e já foram objetos de apreciação e aprovação pela Comissão de Avaliação. As prestações de contas referentes aos relatórios de atividades anual serão enviados em fevereiro de 2020.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

Convênios (Termos de Fomento)

Corresponde às parcerias realizadas junto a outras entidades para o desenvolvimento compartilhado de atividades relacionadas às operações da Entidade.

Em 2019 a Poesis manteve as seguintes parcerias:

- Caixa Econômica Federal, para ações de extroversão do acervo e de difusão cultural do Museu Casa Guilherme de Almeida, em Contrato de Patrocínio firmado em 25 de outubro de 2017 e com vigência até 30 de março de 2019, no valor global de R\$ 150. Em 2017 foram repassados R\$ 30, em 2018 R\$ 75, e o saldo remanescente de R\$ 45 que ocorreu no 2º semestre de 2019;
- Ministério da Cultura, PRONAC-Mecenato nº 154926, para execução de projeto “Intinerância Espetáculos Núcleo Luz”, vinculado ao programa Fábricas de Cultura, objeto do Contrato de Gestão nº 2/2016 (item b. acima), com vigência prorrogada até 2018. O projeto aprovado prevê captação de recursos incentivados de até R\$ 979, tendo sido R\$ 200 obtidos em 2017 e R\$ 50 em 2018, o projeto foi encerrado em 2019;
- Ministério da Cultura, PRONAC-Mecenato nº 190107, para execução do projeto “Programa Anual Fábricas de Cultura Norte e Sul e Diadema 2020”, também vinculado ao programa Fábricas de Cultura, objeto do Contrato de Gestão nº 2/2016 (item b. acima). O valor total aprovado para o projeto é de R\$ 678, captado R\$ 400 em dezembro de 2019.
- Ministério da Cultura, PRONAC-Mecenato nº 179255, para execução do projeto “Programa Anual Fábricas de Cultura Norte e Sul 2018”, também vinculado ao programa Fábricas de Cultura, objeto do Contrato de Gestão nº 2/2016 (item b. acima). O valor total aprovado para o projeto é de R\$ 2.083 e em 2017 foi captado R\$ 500 e R\$ 250 em 2018, o projeto foi encerrado em 2019.

7 Contas a pagar

	2019	2018
Fornecedores	282	657
Prestadores de serviços	<u>1.212</u>	<u>1.230</u>
	<u>1.494</u>	<u>1.887</u>

8 Obrigações trabalhistas

	2019	2018
INSS a recolher	614	581
IRRF a recolher	283	262
FGTS a recolher	195	183
PIS sobre folha de pagamento a recolher	31	28
Salários a pagar	24	26
Serviços prestados por autônomos a pagar	10	23
ISS a recolher	-	21
Outras	-	1
	<u>1.157</u>	<u>1.125</u>

9 Provisão para contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Foi registrado como provisão, o valor de R\$ 353 (R\$ 317 em 2018), relativo ao risco classificado pelos assessores jurídicos, como de perda provável, considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

A Entidade possui em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 355 (R\$ 1.051 em 2018) de processos com probabilidade de perda possível de natureza trabalhista.

10 Partes relacionadas

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Em 31 de dezembro de 2019 houve o reconhecimento de trabalho voluntário por parte de Conselheiros da entidade no montante de R\$156 (R\$ 156 em 2018), conforme mencionado na nota explicativa 3.h.

11 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados por meio do Contrato de Gestão.

12 Receitas operacionais

a. Contrato de Gestão

	2019	2018
Contrato de Gestão n° 02/2016	42.149	35.899
Contrato de Gestão n° 05/2018	9.357	-
Contrato de Gestão n° 01/2017	5.679	6.240
Contrato de Gestão n° 08/2013	-	12.366
Parcerias	2.021	2.095
Receitas financeiras	807	682
Aluguel de espaço	408	186
Outros	70	119
	<u>60.491</u>	<u>57.587</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 3, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de

recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição e parcerias com agentes culturais, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

Convênios (Termos de Fomento)

	2019	2018
Mecenato - PRONAC 179555	388	362
Mecenato - PRONAC 154923	-	112
Contrato de Patrocínio CEF 2033/17	77	55
Receitas Financeiras	10	22
	<u>475</u>	<u>551</u>

13 Despesas com pessoal

	2019	2018
Salários, horas extras e outras	19.045	17.014
Encargos	6.798	6.117
Benefícios	5.565	4.357
Férias e encargos	2.893	2.588
13º e encargos	2.155	1.918
	<u>36.456</u>	<u>31.994</u>

14 Despesa gerais com produção cultural

	2019	2018
Serviços artísticos	6.692	8.509
Materiais de produção	2.026	1.987
Despesas com transporte	760	618
Serviços técnicos de produção	436	440
Aquisição de acervo	129	210
Viagens e estadias	113	107
Cooperativas	57	74
Direitos autorais	4	3
	<u>10.217</u>	<u>11.948</u>

Nessa conta encontram-se todos os gastos com o desenvolvimento e execução das atividades culturais nos equipamentos geridos, tais como exposições, saraus, palestras, cursos, oficinas, recitais, peças de teatro, shows musicais, ou seja, eventos de incentivo à poesia, à literatura e às diversas áreas de produção artística e cultural. Estão incluídas nessa rubrica a contratação de profissionais autônomos, como curadores, artistas, professores, entre outros, e contratação de serviços diversos e compra de materiais para suporte aos profissionais contratados.

15 Serviços profissionais

	2019	2018
Serviços de limpeza e vigilância	5.860	5.228
Assessoria em T.I.	505	455
Assessoria contábil	318	273
Assessoria jurídica	244	222
Assessoria em elaboração de projetos	122	75
Outros serviços especializados	-	31
	<u>7.049</u>	<u>6.284</u>

16 Gerais e administrativas

	2019	2018
Conservação e manutenção	2.812	2.585
Serviços de utilidade pública	1.078	880
Aluguel e condomínio	545	556
Material de escritório e outros	454	350
Telefonia	170	187
Locações	105	124
Contingência trabalhistas	103	63
Seguros	72	98
Viagens e estadias	-	1
Outros	617	524
	<u>5.956</u>	<u>5.368</u>

17 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Entidade e no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

18 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2019 e 2018.

19 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir, na hipótese dos recursos de subvenção governamental utilizados para custeio das atividades da Entidade pudessem ser considerados como receita tributável, a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

- **IRPJ** (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- **CSLL** (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- **ISSQN** (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- **COFINS** (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

20 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade mantinha cobertura de seguros contra riscos operacionais estimados em R\$ 69.209 (R\$ 76.800 em 2018), e de R\$ 9.656 (R\$ 8.900 em 2018) para riscos de responsabilidade civil.

* * *

Clovis de Barros Carvalho
Diretor executivo

Plinio Silveira Correa
Diretor Administrativo Financeiro

Ricardo Rosati
Accountant CRC 1SP220213/O-6